

PEDAGOGIA E IDENTIDADE SEM TERRA:

uma construção em movimento

Francinalda Araújo e Silva⁸
Elisa Maria Andrade Brisola⁹

RESUMO

O propósito deste trabalho foi conhecer a pedagogia do Movimento Sem Terra à luz das contribuições dos principais autores e produções acadêmicas que tratam sobre a temática, bem como de documentos e publicações produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Constitui-se em um recorte integrante de uma pesquisa descritiva desenvolvida no mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Taubaté intitulada “A formação política da juventude: uma experiência do MST no assentamento Palmares – MA” que investigou os significados atribuídos pelos jovens, com a formação política proporcionada pelo Movimento, compreendida como resultado de um processo desenvolvido a partir das experiências históricas e práticas contemporâneas de educação, que não podem ser reduzidas aos espaços formais, mas a toda e qualquer experiência de vida dos sujeitos, bem como de práticas sociais, valores e ideologias presentes nas relações do cotidiano. Os dados coletados na revisão bibliográfica e pesquisa documental apontam que o MST deve ser entendido como um sujeito coletivo que forma seus jovens a partir de uma proposta de cunho político ideológico baseada na garantia de direitos, deveres e da crítica necessária à compreensão do funcionamento da atual sociedade. Trata-se, portanto, de um projeto que se contrapõe aos interesses da sociedade capitalista. Conclui-se ser importante para o Movimento a construção de uma identidade histórica e cultural com o MST indispensável para a própria continuidade da existência da identidade Sem Terra e aponta novos desafios ao Movimento, que permitam assegurar às suas bases e militantes a continuidade do seu projeto político ideológico.

Palavras-chave: Pedagogia do movimento sem terra. Formação política. Identidade Sem terra.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea se apresenta marcada por profundas transformações na economia e modernização dos processos de produção,

⁸ Mestre pelo Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (UNITAU). Docente do curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). Avenida Ataliba Vieira de Almeida, 1452, Centro, Chapadinha-MA. E-mail: francinalda.araujo@hotmail.com.

⁹ Docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (UNITAU). End.: Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro, Taubaté-SP - Brasil - CEP 12020-040. E-mail: elisabrisola@uol.com.br

impulsionados pelo avanço das ciências e das novas tecnologias da informação e da comunicação que acompanharam a mudança do século.

Nesse cenário, à medida que se concebe as relações sociais como relações entre sujeitos, os espaços de interações caracterizam um contexto permeado de conflitos sociais oriundos das contradições da sociedade capitalista.

Na contemporaneidade, conforme Paulo Netto (2012, p. 416), foram profundas as transformações societárias as quais emergiram desde os anos de 1970 e “redesenham o perfil do capitalismo contemporâneo”, planetarizando-o e provocando mudanças em diferentes instâncias da vida e do trabalho, no plano cultural, político e nas relações entre o Estado e a sociedade.

Desse modo, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e conforme a tradição marxista, se a luta de classe é o motor da história, a luta do MST, que inicialmente era apenas por reforma agrária nos marcos da sociedade capitalista, inclui, também, a construção de um novo projeto de sociedade que seja igualitária e socialista. (MONTAÑO; DURIGETTO, 2011).

Nessa perspectiva, o MST investe na formação de um novo jeito de ser humano capaz de tomar posição frente às questões de seu tempo, construindo valores que fortaleçam e deem identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, todos os lugares. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

2 A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA

O MST consiste em um movimento de massa gestado em 1979, quando surgiram as primeiras ocupações de terra no Brasil. Entretanto, sua criação ocorreu na cidade de Cascavel – PR, em 1984, quando se formalizou como movimento nacional com a realização do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocasião em que foram definidos princípios, formas de organização, reivindicações, estrutura e formas de luta do movimento (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

Segundo Gohn (2006), o MST organiza acampamentos, luta pela posse da terra nos assentamentos, cria cooperativas de produção e comercialização, cria escolas de formação para lideranças, elabora cartilha para as escolas e discute o tipo de educação que deve ser oferecida aos filhos e filhas dos assentados, bem como o perfil que devem ter os profissionais que trabalham com as crianças.

Sendo assim, a concepção de educação que orienta o processo de socialização política e subsidia o projeto político-educativo do MST está presente nas práticas do Movimento desde sua criação. Desse modo, torna-se fundamental explicitá-la na perspectiva de compreender a pedagogia de formação do Movimento, na qual a formação política é inerente.

Ao descrever a Pedagogia do Movimento Sem Terra, Caldart (2004, p. 98) ressalta que “no processo de humanização dos sem-terra e da construção de uma identidade Sem Terra, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de *Pedagogia do Movimento*”. Nesse sentido, acrescenta a autora “é do Movimento por ter o Sem Terra como sujeito educativo e ter o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação.” Afirma, ainda, que “é também do Movimento, porque se desafia a perceber o movimento do Movimento, a transformar-se transformando”. (CALDART, 2004, p. 98).

As palavras de Frei Beto, no prefácio da obra *Arquitetos de Sonhos* (Bogo, 2003), revelam toda a essência do legado de Paulo Freire e sua contribuição na construção dos pilares da Pedagogia do Movimento.

Paulo Freire teve mais importância para a história recente do movimento social brasileiro [...] do que toda a obra dos clássicos do marxismo. Genuinamente brasileira, a pedagogia de Paulo Freire adotada pelo MST (e da qual o movimento também é fruto) articula princípios éticos do Evangelho, pressupostos teóricos do marxismo e um fundamento que sustenta toda a sua construção: o oprimido como sujeito histórico. Essa é a marca do MST, cuja direção é de sem terras, e não de intelectuais iluministas ou pequeno-burgueses que se arvoram em vanguarda dos desvalidos. (BOGO, 2003, p. 14).

Paulo Freire (2011), ao defender a educação como prioridade absoluta, reconhece o espaço da escola como lugar social da luta de classe assumindo uma posição articulada com os princípios do MST.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão se comprometendo, na práxis, com a sua transformação; segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 2011, p. 44).

Nas palavras de Freire (2011), somente quando o oprimido descobre seu opressor, percebe a necessidade de libertar-se, de buscar frente à realidade existente a mudança, a transformação da realidade que, segundo os ensinamentos do MST, dar-se-ão por meio de uma educação que valorize a pessoa humana.

Segundo Caldart (2004), o resumo intitulado “Como fazemos a Escola de Educação Fundamental” publicado pelo MST, revela a concepção de escola e de formação defendida pelo Movimento.

O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento vem formando historicamente o sujeito social de nome Sem Terra, e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 95, grifo do autor).

O que se depreende, a partir dessa assertiva, é que a identidade Sem Terra expressa um modo de vida alicerçado em valores humanistas em oposição aos valores excludentes que consubstanciam a atual sociedade capitalista.

3 IDENTIDADE SEM TERRA

De acordo com os estudiosos da questão agrária no Brasil, o MST hoje se constitui “um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu nome próprio: Sem Terra”. (CALDART, 2004, p. 211).

No modo de ver da autora, ser Sem Terra significa não apenas uma condição social de trabalhadores e trabalhadoras que não têm terra, mas, é, sobretudo,

um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social. Há um processo de construção desse sujeito, que é a história da formação do *sem-terra brasileiro*, em um recorte político e cultural diferenciado. [...] Ser Sem Terra é também mais do que lutar pela terra; *Sem Terra* é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: *sem-terra*, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: *Sem Terra do MST!* (CALDART, 2004, p. 211, grifo do autor).

Diante do exposto, ressalta-se a distinção que a autora faz do termo “sem terra” – com letras minúsculas e com hífen – do termo “Sem Terra” – com letras maiúsculas e sem hífen –, considerando que o primeiro se refere à categoria social dos trabalhadores que não têm terra, enquanto o segundo diz respeito a uma identidade, a um sujeito social que tem um jeito de ser próprio construído em um processo histórico de mudança. (CALDART, 2004).

Por sua vez, Ciampa (1987) corrobora com essa ideia de identidade. Seguindo a mesma direção, entende identidade como metamorfose. Para o autor, “identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto [...] é metamorfose”

(CIAMPA, 1987, p. 74), na qual o sujeito vivencia um processo permanente de transformação, embora capaz de sustentar uma relativa unidade. Esse processo de mudança se dá na totalidade de condições materiais e históricas socialmente produzidas.

A identidade tem sido discutida por diferentes áreas do conhecimento, (des) construindo a ideia de uma identidade única, integral e originária e empregada como um conceito dinâmico. O campo das Ciências Sociais registra a discussão de diferentes concepções de identidade.

A exemplo, a Psicologia Social tem empregado o termo identidade social, de caráter relacional, para fazer referência à pertença a grupos sociais e ao papel desempenhado por estes na construção identitária de cada sujeito (JACQUES, 1996). Nesse entendimento, o sujeito constrói uma identidade social, à medida que apreende o eu nas suas relações com o outro, no engajamento com o grupo de pertença e de referência.

Ciampa (1987) destaca o papel da relação do sujeito com o outro, uma vez que “a identidade do outro reflete na minha e a minha na dele.” (CIAMPA, 1987, p. 59). Complementando essa ideia Coutinho, Krawuls e Soares, (2007, p. 30) ressaltam que “pensar esta inserção implica em reconhecer uma concepção dialética entre indivíduo e sociedade, na qual um se identifica e se transforma a partir do outro: o sujeito assimila a realidade e reproduz ativamente sua experiência social”. É, portanto, na e pela atividade que a identidade se constrói (CIAMPA, 1987).

No campo da Sociologia, Sader (1988) compreende os sujeitos como parte de uma coletividade ou pluralidade, de modo que as identidades resultam das interações sociais que delas decorrem. Nesse sentido, “as posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém esta ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles” (SADER, 1988, p. 55).

Nessa perspectiva, busca-se compreender o lugar que o MST ocupa como sujeito coletivo e a preocupação permanente em promover, eticamente, a metamorfose humana (CIAMPA, 1987) da imensa classe trabalhadora dos Sem Terra.

Ainda segundo Caldart (2004), no MST, a educação encontra-se na origem do Movimento, se entendida como formação humana, uma vez que a prática exercida no interior das suas ações promove “a transformação dos ‘desgarrados da terra’ e dos ‘pobres de tudo’ em cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história.” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 96).

Com efeito, a experiência coletiva de ocupação de terra, o acampamento, o assentamento, a marcha ou a conquista de uma escola são fontes de aprendizagem vivenciadas por homens e mulheres sem-terra.

Dessa forma, as experiências vividas por esses sujeitos forjam uma identidade que se materializa em um modo de vida, que se institui como cultura e promove mudanças no jeito de ser dos sujeitos e da sociedade a partir de um “embate entre uma história de vida ausente de participação social e política e a entrada num movimento que se sustenta pela organização de massa e pela capacidade de autogestão nos acampamentos e assentamentos” (VENDRAMINI, 2005, p. 67).

A herança que o MST deixará para seus descendentes será bem mais do que a terra que conseguir libertar do latifúndio; será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo; serão os valores que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, de todos os lugares. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 96).

Por certo, o enraizamento dos sujeitos começa em uma coletividade que projeta um futuro e, à medida que vão transformando e se transformando, constroem novos aprendizados como a de assumir posição, fazer escolhas coletivas, enfrentar conflitos, aprender a ter projeto, a pensar e agir de forma estratégica em um exercício permanente da relação teoria e prática.

4 MATRIZES E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DO MOVIMENTO

Como se pode observar existe um forte vínculo entre educação e transformação social. “É, pois, do processo de formação dos Sem Terra que podemos extrair as matrizes pedagógicas básicas para construir uma escola preocupada com a formação humana e com o movimento da história”. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 97). Convém lembrar que, ainda segundo a autora, “a pedagogia que forma novos sujeitos sociais e educa seres humanos não cabe numa escola. Ela é maior e envolve a vida como um todo” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 97).

Nessa perspectiva, o MST não inventa uma nova pedagogia, acaba criando um novo jeito de lidar como as matrizes pedagógicas já construídas ao longo da história da humanidade, mas desvalorizadas pela sociedade capitalista. O Movimento aproxima-se, pois, dessas pedagogias e deixa que a própria realidade se encarregue de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas em cada situação educativa.

Para Arroyo, Caldart e Molina (2004), a Pedagogia do Movimento é uma obra coletiva produzida pelo conjunto dos Sem Terra inter-relacionada a outras pedagogias que fundamentam esse novo jeito de formar sujeitos. São elas:

A Pedagogia da Luta Social, parte do princípio de que o que educa os Sem Terra é o próprio movimento da luta, em suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas. Educa para uma postura humana baseada em valores aprendidos na luta, que ajudem a fortalecer nas crianças, adolescentes e jovens o inconformismo, a sensibilidade, a indignação diante das injustiças, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis e a esperança.

A Pedagogia da Organização Coletiva consiste na dimensão pedagógica a partir da vivência e participação na coletividade, que possibilita ao militante descobrir-se como sujeito coletivo. Ainda está presente a dimensão da cooperação, seja na produção ou na divisão de tarefas, o que ajuda na desconstrução da cultura individualista predominante na sociedade capitalista. Considera que a escola deve educar a partir das novas relações sociais que produz e reproduz, problematiza e propõe valores, altera comportamentos, desconstrói e constrói concepções, costumes e ideias. “E quando a escola funciona como uma cooperativa de aprendizagem, onde o coletivo assume a co-responsabilidade de educar o coletivo, torna-se um espaço de aprendizagem [...] principalmente de uma visão de mundo”. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 100).

A Pedagogia da Terra refere-se à relação do ser humano com a terra. Nessa perspectiva, busca-se aprender trabalhar a terra com sabedoria. Cuidar da vida significa cuidar da vida da terra. O trabalho na terra exprime um jeito próprio de dizer que as coisas não nascem prontas, que o mundo está para ser construído e que toda realidade pode ser transformada;

Na Pedagogia do Trabalho e da produção, o trabalho ocupa lugar central nas relações sociais e no processo de produção material da existência. Esta, talvez, seja a dimensão que mais acentua o jeito de ser de cada sujeito. “No MST os Sem Terra se educam tentando construir um novo sentido para o trabalho do campo, novas relações de produção e de apropriação dos resultados do Trabalho”. (ARROYO; CALDART, 2004, p. 101).

A Pedagogia da Cultura enfatiza o “modo de vida produzido e cultivado pelo Movimento, do jeito de ser e de viver dos Sem Terra, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte...” (ARROYO;

CALDART; MOLINA, 2004, p. 102). O ser humano aprende na relação que exerce com o mundo material. Aprende pelo exemplo a fazer e a ser a partir do que ver os outros fazerem e do jeito que são. Cabe à escola do MST o resgate às ferramentas de trabalho e de luta, a mística do Movimento.

A Pedagogia da Escolha diz respeito à necessidade de escolher, de tomar decisões que o ser humano precisa no dia a dia. A escola, nessa perspectiva, deve possibilitar a todos os seus sujeitos o exercício da escolha, importante e necessária ao processo de humanização. Ser ou não um Sem Terra é uma escolha pessoal movida por valores que cada sujeito cultiva.

A Pedagogia da História exige o cultivo da memória coletiva e a compreensão histórica de que, como sujeito, é parte dela. Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 103), “a memória coletiva é fundamental para a construção de uma identidade”. Nesse caso, a identidade do Sem Terra.

Por último, **a Pedagogia da Alternância** busca integrar escola, família e comunidade. Consiste em alternar atividades em dois momentos: o primeiro é o tempo de escola, período das aulas teóricas e práticas onde os educandos dividem tarefas e participam da organização da escola para garantir o seu funcionamento; o segundo tempo é o da comunidade, refere-se às atividades de pesquisa e às experiências que devem estar comprometidas com a realidade dos acampamentos e assentamentos.

A Pedagogia da Alternância vem sendo usada na formação de jovens e adultos do campo, visto ser esta uma proposta pedagógica e metodológica capaz de atender as necessidades da articulação entre escolarização e trabalho, propiciando a esses indivíduos o acesso à escola sem que tenham que deixar de trabalhar. Assumindo o trabalho como princípio educativo, a Pedagogia da Alternância permite aos jovens do campo a possibilidade de continuar os estudos e de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos não como algo dado por outrem, mas como conhecimentos conquistados e construídos a partir da problematização de sua realidade, que passa pela pesquisa, pelo olhar distanciado do pesquisador sobre o seu cotidiano. (CORDEIRO; REIS; MUFARREJ HAGE, 2011, p. 116).

Contudo, conforme os autores, no MST, a Pedagogia da Alternância se diferencia e se aplica à realidade dos cursos desenvolvidos em etapas nos períodos de férias escolares, ocasião em que os alunos, que são professores, podem sair de suas escolas sem prejudicar o período das aulas (CORDEIRO; REIS; MUFARREJ HAGE, 2011, p. 121).

Em síntese, o processo de formação vivenciado pela coletividade Sem Terra é a força impulsionadora de uma educação voltada para o desenvolvimento do ser

humano comprometida com a formação de novos sujeitos, com a transformação social e com a luta permanente por dignidade e justiça social.

Um dos principais pontos de convergência e fortalecimento do MST como movimento de massa se refere à formação política. Conforme Santos (2005),

O MST defende que as práticas culturais e educativas não podem ser desvinculadas da política e da economia; é por isso que sua luta incorpora a conquista da terra ao acesso à educação, procurando construir no cotidiano os instrumentos que possam levar o conhecimento crítico e transformador à população do campo. (SANTOS, 2005, p. 16).

A partir dessas considerações se extrai a compreensão de que para o MST a educação não é sinônimo de escola. Ela abrange a complexidade do processo de formação humana que tem nas práticas sociais o mais importante espaço de aprendizado de ser humano.

São princípios fundamentais da Pedagogia do Movimento:

1. A relação entre prática e teoria e a preocupação com a formação para a ação transformadora.
2. A realidade e seu movimento como base da produção do conhecimento.
3. Seleção dos conteúdos formativos socialmente úteis e eticamente preocupados com a formação humana integral.
4. Educação para o trabalho e pelo trabalho, com ênfase na cooperação.
5. Construção de um ambiente educativo, que vincule a escola com os processos econômicos, políticos e culturais.
6. Gestão democrática da escola, incluindo a auto-organização dos educandos para sua participação efetiva nos processos.
7. Práticas pedagógicas preocupadas com a vivência e a reflexão sobre valores centrados no ser humano.
8. Formação para a postura e as habilidades de pesquisa.
9. Cultivo da memória coletiva do povo brasileiro e valorização especial da dimensão pedagógica da história.
10. Vínculo orgânico de escola às comunidades do campo.
11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores.
12. Avaliação como um processo permanente, participativo, e que envolva todos os momentos do processo educativo. (MST, 2001, p. 128).

Essa preocupação com a educação e com a criação de escolas no próprio assentamento sempre foi uma das lutas do MST presente desde as primeiras ações do Movimento. Partindo do pressuposto de que a escola da cidade prepara o filho do agricultor para sair do assentamento, o ensino nas escolas dos acampamentos e assentamentos deve preparar os jovens para ficar e transformar o campo.

Cabe ressaltar que a proposta pedagógica do MST é uma diretriz para ação educacional tanto formal como informal o que significa entendê-la para além da escolarização.

Nesse sentido, a Pedagogia do Movimento Sem Terra, também conhecida como Pedagogia da Terra, remete ao compromisso de construção da produção de forma de vida sustentável, criando um novo olhar e uma tomada de decisão sobre o modelo de sociedade que tem se constituído no campo, de natureza contextualizada, para a convivência no local em que vivem os sujeitos produtores de cultura e de formas de organização social e política da comunidade em que estão inseridos.

Para Caldart (2001), o MST se constitui como sujeito principal do movimento pedagógico de formação dos sem terra, ou seja, à medida que constrói o movimento, o sem terra cria e recria identidade própria. É sujeito pedagógico porque, por meio de seus objetivos, princípios e valores, expressa a intencionalidade de suas práticas educativas, como produzir alimentos, mas também possibilitar produzir seres humanos capazes de assumir a direção do próprio destino.

Sobre essa questão, Bogo (2003) argumenta:

Ao entrar para o MST, as pessoas mudam, não apenas de lugar social, mas também de posição de classe. Já não são mais consideradas indigentes, segundo o conceito sociológico, representando a exclusão total do indivíduo do processo de produção; passam a ser trabalhadores organizados com objetivos claros a serem alcançados. Ou seja, iniciam a construção do 'próprio destino', construindo-se a si próprios, pela organização de um novo modelo de produção na agricultura e de convivência. (BOGO, 2003, p. 154).

Stédile e Fernandes (2012, p. 76) são enfáticos, quando se referem ao lugar que a educação ocupa no MST: “A frente de batalha de educação é tão importante quanto à da ocupação de um latifúndio ou a de massa. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital.” Ainda segundo os autores, a educação não deve se restringir ao sentido de apenas alfabetizar as pessoas, mas de democratizar o conhecimento a um número cada vez maior de pessoas.

Recuperar essa concepção mais alargada de educação como formação e humanização plena pode ser uma das contribuições mais relevantes da pedagogia dos movimentos para a educação formal e não-formal. Para o repensar e agir pedagógicos. Alargar esse foco supõe ver os educandos para além de sua condição de aluno, de alfabetizandos, de escolarizandos... para vê-los como sujeitos de processos sociais, culturais, educativos mais totalizantes, onde todos estão imersos seja na tensa reprodução de suas existências tão precárias, seja na tensa inserção em lutas tão arriscadas onde tudo está em jogo. (ARROYO, 2003, p. 37).

Desse modo, acredita-se que a perspectiva de educação do MST forma sujeitos para a transformação social, entendendo a educação como instrumento fundante desse processo.

5 CONCLUSÃO

O MST tem a partir da pedagogia de formação dos Sem Terra, contribuído para que crianças, jovens e adultos de assentamento rurais apropriem-se dos fundamentos teóricos e práticos que possibilitem compreender e intervir na sociedade em que vivem. Desse modo, objetivando conhecer a pedagogia do Movimento Sem Terra, desenvolveu-se o presente estudo que tem, na literatura sobre o tema, sua principal fonte de dados.

O estudo apontou que o MST deve ser entendido como um sujeito coletivo que forma seus acampados e/ou assentados a partir de uma proposta de cunho político ideológico baseada na garantia de direitos, deveres e da crítica necessária à compreensão do funcionamento da sociedade. Portanto, é um projeto que se contrapõe aos interesses da sociedade capitalista.

A pedagogia do Movimento traz em seu bojo uma concepção de educação e de formação política, presentes nas suas práticas desde a criação, que objetiva formar um novo sujeito capaz de tomar posição frente às contradições da sociedade capitalista excludente, construindo valores que fortaleçam e deem identidade aos seus militantes, de todos os tempos, todos os lugares.

No decorrer do estudo teórico, evidenciou-se que, para o MST, o acesso ao conhecimento sistematizado historicamente acumulado pela humanidade pode concorrer para a compreensão das contradições da sociedade capitalista e subsidiar a formação do quadro de militantes na perspectiva de organizar os trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, jovens ou adultos, que acreditam que outra sociedade é possível, na qual todos aqueles que necessitam do campo possam nele morar, produzir, se reproduzir e serem felizes.

Destaca-se que esse processo de formação, próprio, apresenta desafios no que se refere às influências externas, que ocasionam a fragmentação da participação das novas gerações nas ações que dão continuidade a tal processo.

Nesse estudo, reuniu-se esforços para buscar elementos teóricos e metodológicos, a fim de compreender o lugar que o MST ocupa como sujeito coletivo, a preocupação em promover, eticamente, a metamorfose humana (CIAMPA, 1987). Cabe ressaltar, que o presente estudo possibilitou identificar dados substanciais que permitem análises mais aprofundadas, o que suscita a realização de novos estudos nessa área do conhecimento.

PEDAGOGY AND LANDLESS IDENTITY: A BUILDING IN MOVEMENT

ABSTRACT

The purpose of this study was to know the pedagogy of the Movimento dos Sem Terra in the light of contributions from leading authors and academic productions that deal with the subject, as well as documents and publications produced by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). It constitutes an integral part of descriptive research developed in the master's degree in Human Development: Education, Social Policies and Practices Graduate Program, Universidade de Taubaté entitled "You theodicy formation: an experience of the MST in Palmares settlement - MA "that investigated the meanings of the young people, with political education provided by the Movement, understood as the result of a process developed from historical and contemporary education practical experience, which cannot be reduced to formal spaces, but any experience of life of individuals as well as social practices, values and ideologies' present in daily relations. The data collected in the literature review and documentary research show that the MST should be understood as a collective subject that forms its young from a proposal for political and ideological based on the guarantee of rights, duties and the critical to the functioning of current society. It is, therefore, a project that is opposed to the interests of capitalist society. It follows that it is important for the movement to build a historical and cultural identity with the MST indispensable to the very continuation of identity Landless points and new challenges to the Movement, which ensure to their bases and militants continuity of your project ideological politician.

Keywords: Movement landless. Pedagogy. Policy formation. Identity Landless

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Pedagogias em movimento - o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: **Revista eletrônica Currículo Sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 28-49, Jan/Jun 2003. ISSN 16451384. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>> Acesso: 25/11/2012.

BOGO, Ademar. **Arquitetos de sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. vol.15, n.43. São Paulo, set./dez. 2001.

CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma educação básica do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORDEIRO, Georgina N. K.; REIS, Neila da Silva; HAGE MUFARREJ, Salomão. Pedagogia da alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSK, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 29-37, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2006.

JACQUES, Maria da Graça: Identidade e trabalho: uma articulação indispensável, *In*: TAMAYO, Alvaro; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; CODO, Wanderley (org): **Trabalho, organizações e cultura**(Coletâneas da Anpeppno. 11, p. 21-26). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996.

KOHAN, Nestor. As armas secretas do MST. *In*: **A política de formação de quadros**. Guararema, SP: ENFF, p. 99-112, 2007.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Construindo o caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional, 2001.

PAULO NETTO, José. Crise do Capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, Jul/Set, 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Os processos da globalização**. Palestra proferida na UFMG – 11 de abril de 2005.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2012.

VENDRAMINI, Célia Regina. A experiência coletiva como fonte de aprendizagens nas lutas do Movimento Sem Terra. **Revista Lusófona de Educação**, 2005, 6.p. 67-80).